

JORNAL DO BRASIL

Os imperialismos se parecem

NA sua História da Dívida Externa Brasileira, Valentim Bouças, que tanto se utilizara da Resenha Financeira do Império do Brasil em 1889, do notável pesquisador que era Amaro Cavalcanti, cita Gaston Jèze que recordava que, na América do Sul, todos os Estados, "com exceção do Brasil", chegaram a falir, no decurso do século XIX. Alguns conheciam várias vezes a bancarrota, como, por exemplo, a Venezuela. Na América do Norte, é ainda Jèze quem informa, grande número de Estados americanos suspenderam o pagamento de seus empréstimos externos, como o Mississippi, a Flórida, o Alabama, a Carolina do Norte e do Sul, a Geórgia, a Luisiana, o Arkansas, o Tennessee, a Minnesota, a Virgínia, o Michigan. Tudo isso no período entre 1837 e 1844. Se se valesse da história financeira de Paul Studenski e Hermann E. Krooss, poderia acrescentar que eram dívidas que alcançavam 175 milhões de dólares em 1838, quantia realmente importante para aquela época.

Por mais honrosa que fosse, para o Brasil, a exceção reconhecida pelo financista francês, a verdade era um pouco diferente. É exato que nunca repudiamos nossas dívidas externas. Mas também não cumprimos religiosamente os prazos marcados para o vencimento. A norma que acabou prevalecendo foi a de pagar os juros, adiando indefinidamente a amortização do capital, o que levou Valentim Bouças a relatar que o primeiro empréstimo externo brasileiro, o que se chamou o empréstimo da Independência, em 1824, dera início ao que denominava "bola de neve", que vai crescendo de ano para ano, sem precisar do recorrer ao rigor das invernadas. Só foi realmente resgatado em 1868, com outro empréstimo, e isso mesmo, no valor de 30 milhões de libras esterlinas, ao tipo de 54, talvez o mais baixo verificado na história da dívida externa do Brasil.

Ao tipo de 54 quer dizer que recebíamos apenas 54 libras para crédito do Brasil, e ficávamos a dever e a pagar juros sobre 100 libras, para deslumbramento de Harpagão e glorificação da pilhagem universal. Por sinal que Gustavo Barroso tratara desses assuntos, em livro que não incorreria no rol do comunismo, intitulado *Brasil-Colônia de Banqueiros*. Mostrava ele que o empréstimo da Independência, representando 12 mil contos na época em que fora contraído, acabara custando 60 mil contos no resgate. E assim por diante, sem necessidade da invenção da correção monetária. A taxa do câmbio se encarregava de concorrer para a fortuna dos banqueiros estrangeiros, sem falar nas fortunas que se criavam dentro do Brasil, com a margem da comissão dos intermediários, margem que às vezes ficava também no estrangeiro, para alimentar o fausto do Barão de Penedo, na representação londrina.

O certo é que, tomando empréstimos que não tínhamos condição de pagar, mas iam sendo resgatados com novos empréstimos, na formação daquela bola de neve a que se referia Valentim Bouças, éramos forçados à eternidade de uma política de chapéu na mão, para ouvir, de cabeça baixa, as repremendas dos banqueiros, no pleito humilde da dilatação dos prazos, ou da obtenção de novos empréstimos, que fossem creditados, e não mandados para o Brasil, pois que não tínhamos o direito de ver, em nossas mãos, as libras reluzentes que ficávamos a dever. Nem houvera necessidade de alterar o idioma, quando as libras se transformaram em dólares, nas mãos dos banqueiros arrogantes, que ainda conquistavam o direito ao rótulo de amigos do Brasil.

O certo era que, no momento do esgotamento dos prazos, recorria-se à fusão dos empréstimos, aos funding loans, com que enfeitar a nossa história financeira, e exaltar a benemerência de

nossos estadistas. O primeiro funding seria o de 1898, pois que antes não haviam merecido esse título, e já agora não precisamos dele, pois que se tornaram corriqueiros, e ficam a depender, apenas, de cartas de intenção, para protelação indefinida dos prazos, e crescimento vertiginoso daquela bola de neve, que nem serve para aliviar o calor de um clima tropical. Só que as consequências vão mudando e já recebem o nome de recessão.

O que nem chega a ser realmente novidade, num país que conhece de sobra aquela anedota do inglês, que queria experimentar a resistência de seu cavalo de estimação, e foi diminuindo as rações, de tal maneira que o cavalo não resistiu. O que não chega nem a parecer uma fórmula de salvação, se imaginarmos que uma recessão, que venha a abranger todo o mundo subdesenvolvido, acaba restringindo, de tal maneira, o número dos compradores dos países industriais, que se alcança aquele final catastrófico, que atinge a todos, aos ricos e aos pobres, aos exauridos e aos que vivem na opulência. O que parece também não assustar a países que gastam fortunas, para a aparelhagem de ogivas, com que fazer voltar o universo àquela era glacial, em que não era possível a vida humana, como capítulo final de uma guerra nuclear. Não haveria nem espaços para as estátuas dos vencedores, numa luta que tomaria o sentido de um suicídio universal.

Cabe, por isso, como comentário a essa política financeira que nos arrasta a tais contingências, aquela opinião de Amaro Cavalcanti, em relação aos grandes financistas que nos haviam conduzido a esse novo tipo de matadouro. Dizia ele que tudo havia sido obra de "estadistas os mais distintos e competentes". Entretanto, continuava ele, "se, retirardes a vista dos elevados intuições, manifestados nos programas e nas teorias, quiserdes julgar os mesmos estadistas pelos 'bens realizados', pelos seus serviços, efetivamente perduráveis, não raro nos acharemos na mais cruel decepção! Dizem o que convém, mas não o fazem; discutem o que há de melhor, mas não o legislam. E por quê? Porque o espírito da política partidária ofusca-lhes o sentimento do patriotismo. Porque a ambição do poder impedia de ver o caminho da razão... Porque (e talvez fosse este o maior dos males) o desejo, o pensamento fixo de agradar o rei, era maior do que o sentimento do dever de bem servir à Nação!"

No fundo, uma política de atrelar o país aos banqueiros estrangeiros. Uma política que não nos levava à independência econômica, que afastasse de nós essa contingência de não poder pagar os empréstimos que tomávamos. Uma política que nos arrasta a redigir cartas de intenções, que todos já sabemos, tanto nós como o Fundo Monetário Internacional, que não terão condições de serem cumpridas. Não mais que uma reunião de devedores que não podem pagar, e de credores que se contentam com a promessa do impossível, sabendo, de sobra, que é realmente impossível.

Não será que os imperialismos se parecem? Quando os cartagineses alegavam que já haviam dado tudo que podiam dar, e nada mais tinham para oferecer, os vencedores retrucavam, segundo Flaubert, que ainda faltava alguma cousa. Faltava a vida que não chegaram a oferecer. Em suma, a tradução, na prática, daquele *Delenda Carthago*, que levara à celebreidade Catão, o Antigo.

Não sei medir a distância que vai da recessão ao sacrifício da vida. Uma e outro vão somando vítimas. Embora nos reste o consolo de que devemos tudo isso à sabedoria de financistas realmente afamados. Se isso pode ser consolo.